

Batalha de narrativas

WALDENYR CALDAS



Canção sertaneja e política agrária durante a ditadura militar

Marcela Telles Elían de Lima
Editora UFMG
224 páginas
R\$ 54,00

O livro de Marcela Telles Elían de Lima, resultado de sua tese de doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), apresenta pesquisa e análise muito bem-feitas ao dar conta das relações entre a música sertaneja, a política agrária e o período da ditadura militar (1964-1985) em nosso país. Para isso, Lima foi às origens desse importante produto da nossa cultura lúdica, percorrendo toda sua trajetória até chegar aos nossos dias. Como diz a própria autora, “foi necessário suspender as certezas e percorrer parte significativa do repertório sertanejo por meio do levantamento discográfico de seus principais compositores e intérpretes”. Isso diz muito da originalidade do seu trabalho e dos critérios metodológicos para realizar a pesquisa empírica, como se percebe durante toda a leitura.

Já no primeiro capítulo, com um subtítulo muito preciso, “A tradição da moderna canção sertaneja”, Lima mostra as transformações ocorridas no início do século XX na música caipira, um segmento do cancioneiro brasileiro que ainda se mantém como elemento de sociabilidade e agregador das populações rurais nos momentos lúdicos e na produção econômica. Ao tratar da política agrária, um aspecto ganha destaque: a reação organizada por diversas entidades patronais tinha o objetivo de desestabilizar o governo de João Goulart (1961-1964) e evitar que a reforma agrária pudesse de fato ser realizada. Esse grupo antigoverno estaria preparado para uma intervenção armada, o que seria um golpe a mais contra presidentes no Brasil. O fato se consumou e a autora o coloca muito bem em seu trabalho: “Afim, o golpe civil-militar que entregou a direção do país às Forças Armadas, ao longo desses 20 anos, recebeu o apoio entusiasmado dos grandes produtores paulistas, mineiros e paranaenses”.

Havia ainda a militância política de um segmento da Igreja Católica representada pela Tradição, Família e Propriedade (TFP), instituição bastante conservadora, tendo naquela ocasião como seu líder Plínio Corrêa de Oliveira, defensor declarado do *status quo*, em um contexto social em que a distribuição da riqueza era até mais dispar do que vemos atualmente. Em contrapartida, a

atuação da instituição católica Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciava a repressão aos trabalhadores do campo, que bem caracterizou aquela época sombria da nossa história.

Com o início da ditadura militar em 1964, os compositores sertanejos passariam a explorar mais em suas canções as relações com a política. Esse é um tema recorrente em todo o cancioneiro brasileiro, no qual se inclui a canção sertaneja. Lembremos de Alvarenga e Ranchinho com suas sátiras políticas ao governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). A política agrária, a inflação e o desemprego eram sempre mencionados. Porém o AI-5 de 1968 não deu espaço para nada senão para a repressão e a tortura. Um discurso contestatório poderia significar a morte, como efetivamente ocorreu no país.

Com esse quadro político, a canção sertaneja arrefeceu seu discurso. Em seu lugar, triunfaria a narrativa ufanista, apologética, presente em muitas canções sertanejas, sobretudo durante o governo Médici (1969-1974). Um bom exemplo está na letra da canção “Lei agrária”, de 1971, interpretada por Davi e Durval. Esse é também o caso da canção “Minha pátria amada” (1971), de Leo Canhoto e Robertinho. Da mesma dupla, “Meu carango”, de 1970, traz uma temática alienada que se reporta à cultura jovem do meio urbano-industrial, algo muito próximo do movimento da Jovem Guarda. Não por acaso, em 1969 essa dupla lançou um LP intitulado *Os hippies do mundo sertanejo*.

Como mostra o livro, uma parte dos compositores sertanejos incorporou em seu repertório a “perspectiva das modernas elites agrárias” e a reproduziu para a grande massa de admiradores desse estilo musical. Mas o oposto a isso estava na obra de quem contestava o regime militar. A dupla Nonô e Naná, por exemplo, se desfez porque a partir de 1970 seu repertório incluía canções antigoverno e as gravadoras temiam registrar o discurso contra o *establishment*. Já Tião Carreiro e Pardinho gravaram em 1975 a canção “Levanta patrão”, cujo texto poético alude com clareza à luta de classes, algo que não agradaria aos militares.

O sociólogo **Waldenyr Caldas** é professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).